

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1578517 - SP
(2019/0265914-5)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
**AGRAVANTE : EASYCOMP TECNOLOGIA DE ENSINO EM
COMPUTACAO E EDITORA LIMITADA**
**ADVOGADOS : RICARDO PEREIRA DE SOUZA - SP292469
FÁBIO LUÍS PEREIRA DE SOUZA - SP314999
GABRIELA CORRÊA DIAS - SP407244**
AGRAVADO : JOAO LUIS FERREIRA
ADVOGADO : HUGO ANDRADE COSSI - SP110521

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. As questões postas em discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficiente, fundamentada e sem omissões, devendo ser afastada a alegada violação ao artigo 1022 do CPC/15. Consoante entendimento desta Corte, não importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pela recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta. Precedentes.

2. O Tribunal local, com base no contexto fático-probatório, concluiu pela configuração da responsabilidade civil da demandada, em razão do uso de imagem sem autorização do autor. Para alterar tais conclusões seria necessário o revolvimento das provas dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. A incidência do referido óbice impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator